DocuSign Envelope ID: A03AC0D4-3E78-4655-B810-224C3C2F4714

EÓLICA SERRA DAS VACAS I S.A. - CNPJ nº 18.127.269/0001-07

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2021 e 2020 (Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

ATIVOS	Nota	2021	2020
Circulantes		**5.560**	**6.124**
Caixa e equivalentes de caixa	4	385	447
Títulos e valores mobiliários	5	1.137	3.309
Contas a receber	6	2.336	2.128
Impostos e contribuições a recuperar		213	208
Outros ativos		1.489	32
Não circulantes		**122.226**	**122.341**
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.835	3.655
Imobilizado	8	117.896	118.168
Intangível	9	421	518
Outros ativos		74	-
Total dos ativos		**127.786**	**128.465**
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulantes		**20.425**	**21.258**
Fornecedores		1.329	1.730
Arrendamentos	11	90	77
Empréstimos e financiamentos	10	4.246	4.297
Obrigações trabalhistas		-	-
Obrigações tributárias		266	215
Ações preferenciais resgatáveis	12	11.084	13.671
Outros passivos		3.410	1.268
Não circulantes		**70.296**	**70.713**
Arrendamentos	11	2.579	2.545
Empréstimos e financiamentos	10	61.034	64.982
Partes Relacionadas	14.2	1.965	818
Outros passivos		4.718	2.368
Patrimônio líquido		**37.065**	**36.494**
Capital social	14.1	44.198	44.198
Prejuízos acumulados		(7.133)	(7.704)
Total dos passivos e do patrimônio líquido		**127.786**	**128.465**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Capital social integralizado: Reservas de capital	Capital social integralizado: Ajuste para adequação às normas do CPC	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**42.656**	**13.166**	**(16.124)**	**(4.373)**	**35.325**
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(2.453)	-	-	(2.453)
Ajuste para adequação às normas do CPC		-	-	2.453	-	2.453
Aumento de capital	14.1	4.500	-	-	-	4.500
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.331)	(3.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**47.156**	**10.713**	**(13.671)**	**(7.704)**	**36.494**
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(2.587)	-	-	(2.587)
Ajuste para adequação às normas do CPC		-	-	2.587	-	2.587
Prejuízo do exercício		-	-	-	571	571
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**47.156**	**8.126**	**(11.084)**	**(7.133)**	**37.065**

Demonstração do Resultado

	Nota	2021	2020
Receita líquida	**15**	**15.107**	**15.621**
Custo da geração de energia elétrica	**16**	**(7.322)**	**(10.502)**
Lucro bruto		**7.785**	**5.119**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(122)	(1.464)
Lucro operacional		**7.663**	**3.655**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	248	139
Despesas financeiras	18	(6.651)	(6.458)
		(6.403)	**(6.319)**
Prejuízo antes do IR e da CS		**1.260**	**(2.664)**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	19	(689)	(667)
Prejuízo do exercício		**571**	**(3.331)**
Média ponderada das ações - em milhares		39.908	39.908
Prejuízo por ação (em reais - R$)		**0,01**	**(0,08)**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2021	2020
Prejuízo do exercício	**571**	**(3.331)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**571**	**(3.331)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**571**	**(3.331)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16	6.393	6.234
Apropriação de juros sobre arrendamentos	11	256	191
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	10	4.704	4.788
Apropriação de custos sobre empréstimos	10	37	37
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e aplicações vinculadas	18	(248)	(137)
Baixa de ativo imobilizado	8 e 9	-	1.313
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(208)	(129)
Impostos e contribuições a recuperar		(5)	45
Outros ativos		(1.531)	126
Fornecedores		(401)	490
Obrigações trabalhistas		-	(136)
Obrigações tributárias		686	469
Outros passivos		4.492	1.856
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(4.696)	(2.457)
Pagamento de IR e CS		(635)	(559)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**9.415**	**8.800**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		2.240	(2.158)
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	(5.866)	(3.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.626)**	**(5.819)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de Capital	14.1	-	-
Partes Relacionadas		1.147	818
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	12	(2.587)	(2.453)
Captação de empréstimos	10	-	563
Arrendamentos pagos	11	(366)	(260)
Empréstimos e financiamentos pagos	10	(4.045)	(1.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(5.851)**	**(3.029)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(62)**	**(48)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		447	495
Saldo no fim do exercício		385	447
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(62)**	**(48)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Eólica Serra das Vacas I S.A. ("Companhia") é uma "Sociedade por Ações" de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica. Em 31/12/21, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R$16.451 (R$15.134 em 31/12/20). A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes referem-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia. **2. Capacidade de produção e comercialização de energia elétrica: 2.1.** A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paranatama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e, em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais. **2.2. Contrato de autorização:** Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 234 de 29/5/14, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5534, de 27/10/15, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica. Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das autorizações, em razão de seus ativos serem próprios. **2.3. Comercialização de energia:** A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18/11/13, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28/11/14, a Companhia assinou os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 anos, com início do período de suprimento a partir de 1/1/16. **2.4. Riscos das operações: a)** Risco da escassez de vento: Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. **3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **a)** Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **b)** Moeda de apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R$), que é a moeda funcional da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. **3.3. Instrumentos financeiros - Ativos: a)** Classificação: Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros. **(i)** Custo amortizado: O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii)** Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(iii)** Valor justo por meio do resultado: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes. **b)** "Impairment" de ativos financeiros: A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 não foi constituída provisão para riscos de crédito. **3.4. Instrumentos financeiros - Passivos:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.5. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária. **3.6. Estimativa para provisão perdas esperadas:** Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. **3.7. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário. O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **a)** Provisão para desmobilização: A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. **3.8. Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável. Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. **3.10. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. **3.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona. Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.12. Reconhecimento de receita: a)** Receita de comercialização de energia: A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%. **3.14. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo: **a)** Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 - expediente prático: A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras. **3.15. Normas novas e revisadas: (a)** Revisadas e vigentes: **Norma:** CPC 11 - Contratos de Seguro; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 (R2) - Arrendamentos; CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **Alteração:** Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2. **Vigência a partir de:** 1/1/21. **Norma:** CPC 06 (R2). **Alteração:** Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. **Vigência a partir de:** 1/1/21. A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **(b)** Revisadas e não vigentes: **Norma:** CPC 50 - Contratos de Seguros. **Alteração:** Nova norma. **Vigência a partir de:** 1/1/23. **Norma:** CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. **Alteração:** Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. **Vigência a partir de:** Não definida. **Norma:** CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Alteração:** Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes. **Vigência a partir de:** 1/1/23. **Norma:** CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. **Alteração:** Referência à Estrutura Conceitual. **Vigência a partir de:** 1/1/22. **Norma:** CPC 27 - Ativo Imobilizado. **Alteração:** Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido. **Vigência a partir de:** 1/1/22. **Norma:** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Alteração:** Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato. **Vigência a partir de:** 1/1/22. **Norma:** CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado; CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41; CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 (R2) - Arrendamentos; CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. **Alteração:** Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020. **Vigência a partir de:** 1/1/22. **Norma:** CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Alteração:** Divulgação de políticas contábeis. **Vigência a partir de:** 1/1/23. **Norma:** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. **Alteração:** Definição de estimativas contábeis. **Vigência a partir de:** 1/1/23. **Norma:** CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **Alteração:** Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). **Vigência a partir de:** 1/1/23. A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Caixa	2	2
Depósitos bancários	381	434
Aplicações financeiras (*)	2	11
Total	**385**	**447**

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Bradesco, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Títulos e valores mobiliários:

	2021	2020
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	1.137	3.309

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31/12/21, os rendimentos médios foram de 98,64% do CDI (89,56% do CDI para o exercício findo em 31/12/20).

6. Contas a receber:

	2021	2020
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (*)	2.336	2.128

(*) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR.

7. Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito):

	2021	2020
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	3.835	3.655

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31/12/21, os rendimentos médios foram de 98,64% do CDI (89,56% do CDI para o exercício findo em 31/12/20). As aplicações financeiras vinculadas tratam-se de conta reserva exigida pelo BNDES, conforme nota 10, como garantia pela disponibilização dos recursos, o saldo é aferido mensalmente conforme contratos.

8. Imobilizado: a) Imobilizado em curso

	Terreno	Desenvolvimento de projeto Social (*)	Material depósito	Total
Saldo em 31/12/19	**2**	**445**	**2.165**	**2.612**
Transferência	-	-	(220)	(220)
Aquisições	-	868	2.793	3.661
Baixa	-	(1.313)	-	(1.313)
Saldo em 31/12/20	**2**	**-**	**4.738**	**4.740**
Transferência	-	-	-	-
Aquisições	40	-	5.825	5.865
Baixa	-	-	-	-
Saldo em 31/12/21	**42**	**-**	**10.563**	**10.605**

(*) Em razão do contrato de financiamento de seu empreendimento junto ao BNDES a Companhia destinará a quantia recebida do Subcrédito Social (nota 10), no desenvolvimento do projeto e implantação do Centro de Turismo e Cultura no município de Paranatama. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico, a Administração da Companhia em conjunto com o BNDES e a Prefeitura do Município de Paranatama decidem reverter o investimento destinado ao "Centro de Turismo e Cultura" para "Projeto de ações de apoio, prevenção e combate a pandemia COVID-19". A execução de todas as ações, ocorreu em outubro de 2020 e formalizado por meio do termo de doação a Prefeitura do Município de Paranatama.

b) Imobilizado em serviço:

	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Provisão para desmobilização (*)	Total
Saldo em 31/12/19	**387**	**17.899**	**98.109**	**6**	**2.570**	**355**	**119.326**
Transferência	-	-	220	-	-	-	220
Arrendamentos	-	-	-	-	108	-	108
Depreciação	-	(715)	(5.364)	-	(135)	(12)	(6.226)
Saldo em 31/12/20	**387**	**17.184**	**92.965**	**6**	**2.543**	**343**	**113.428**
Aquisição	-	-	1	-	-	-	1
Arrendamentos	-	-	-	-	156	-	156
Depreciação	-	(715)	(5.376)	-	(193)	(11)	(6.295)
Saldo em 31/12/21	**387**	**16.469**	**87.590**	**6**	**2.506**	**332**	**107.290**
Segregado em:							
Custo	387	20.760	119.667	12	2.852	401	144.079
Depreciação acumulada	-	(4.291)	(32.077)	(6)	(346)	(69)	(36.789)
Total	**387**	**16.469**	**87.590**	**6**	**2.506**	**332**	**107.290**
Total geral - Líquido em 31/12/21							**117.897**
Total geral - Líquido em 31/12/20							**118.168**

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. Em 31/12/2021 e de 2020, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

9. Intangível:	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**488**	**38**	**526**
Amortização	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**488**	**30**	**518**
Amortização	(88)	(9)	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**400**	**21**	**421**
Segregado em:			
Custo	488	50	538
Amortização acumulada	(88)	(29)	(29)
Total	**400**	**21**	**421**

10. Empréstimos e financiamentos: A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas tem como data final de amortização 15/7/32. O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15/8/16 a 15/7/32. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal. Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da controladora Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas controladas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas. A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato. A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade. Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Em junho de 2020, a Companhia fez o pleito ao Plano de Ação Emergencial do Covid-19 do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, denominado "Stand Still", cujo deferimento ocorreu em 7/7/20. O "Stand Still" foi criado com intenção de mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19 no Brasil, o qual consiste na suspensão dos pagamentos (principal e juros), por um período de seis meses. Nesse período, os montantes de principal e juros postergados serão capitalizados ao saldo devedor do contrato. Em 31/12/21, a Companhia não atingiu o índice requerido. Contudo, foi obtido um waiver do BNDES dispensando a Companhia desse atingimento, especificamente para o exercício de 2021. Mantendo a Companhia adimplente em relação às cláusulas de vencimento antecipado.

	2021	2020
BNDES	65.680	69.716
(-) Custo de transação a amortizar	(400)	(437)
Total	**65.280**	**69.279**
Segregado entre:		
Circulante	4.246	4.297
Não circulante	61.034	64.982
Total	**65.280**	**69.279**

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R$ mil
2023	4.384
2024	4.756
2025	5.158
2026 - 2030	33.124
2031 - 2034	13.612
	61.034

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro 2019	**68.045**
Liberação (*)	563
Amortização de principal	(1.697)
Amortização de juros	(2.457)
Juros incorridos	4.788
Apropriação de custos de transação	37
Saldo em 31 de dezembro 2020	**69.279**
Saldo em 31 de dezembro 2020	**69.279**
Amortização de principal	(4.045)
Amortização de juros	(4.695)
Juros incorridos	4.704
Apropriação de custos de transação	37
Saldo em 31 de dezembro 2021	**65.280**

(*) Recebimento da primeira liberação do subcrédito social, destinado a investimento no desenvolvimento do projeto e implantação do "Centro de Turismo e Cultura" e "Projeto de ações de apoio, prevenção e combate a pandemia COVID-19". no município de Paranatama. Conforme citado na nota 8(a). **11. Arrendamentos:** A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Mais de 5 anos	2021	2020
Total dos Contratos	5.005	5.060
Encargos financeiros futuros	(2.336)	(2.438)
Valor presente dos pagamentos mínimos	**2.669**	**2.622**
Circulante	90	77
Não circulante	2.579	2.545
	2.669	**2.622**

a) A movimentação do exercício é conforme segue:	Arrendamentos
Adoção em 1 de janeiro de 2019	**2.387**
Atualização monetária	108
Apropriação de juros	191
Amortizações de principal e juros	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.622**
Atualização monetária	156
Apropriação de juros	257
Amortizações de principal e juros	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.669**

12. Ações preferenciais resgatáveis:	2021	2020
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	11.084	13.671

Em 29/8/17, o Conselho de Administração aprovou, por meio de AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R$21.543. A data de resgate é até 29/8/29 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 6.260.067. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1,5046	0,2065	1,2980

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R$2.958, e parte como reserva de capital no montante de R$10.713, totalizando R$13.671. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31/21/21, no montante de R$11.084, foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas: Quantidade	Ações preferenciais resgatadas: Valor de emissão	Legislação societária: Capitalizadas	Legislação societária: Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	6.260.067	13.671	2.958	10.713

Movimentação 2020

	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital: 2019	Reserva de capital: Valor resgatado	Reserva de capital: Total reserva	2020
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.958	13.166	(2.453)	10.713	13.671

Movimentação 2021

	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital: 2020	Reserva de capital: Valor resgatado	Reserva de capital: Total reserva	2021
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	2.958	10.713	(2.587)	8.126	11.084

13. Provisão para riscos: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível. **14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social:** Em 8/10/19, a AGE deliberou pela redução de capital por considerá-lo excessivo, no montante de R$10.000. A redução dar-se-á mediante o cancelamento de 10.000.000 ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 13/12/20, AGE deliberou pela retificação das deliberações dadas na AGE de 8/10/19, alterando assim o texto original relacionado a redução de capital, que passou a ser de R$5.500 e não mais de R$10.000, representado pelo cancelamento de 5.500.000 ações ordinárias. Como efeito, o saldo em aberto a pagar à controladora foi convertido em integralização de 4.500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no montante de R$4.500. Em 31/12/21, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R$47.156 (R$42.656 em 31/12/20) dividido em: (i) 44.198.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (39.698.000 em 31/12/20); e (ii) ações preferenciais resgatáveis (8.253.115 em 31/12/20), todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Capital subscrito e integralizado	Integralização de capital	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
2020						
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	39.698	4.500	2.958	47.156	52.451.115	100%
2021						
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	44.198	-	2.958	47.156	50.458.067	100%

14.2. Partes relacionadas:	2021	2020
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (a)	1.860	818
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (b)	105	-
	1.965	**818**

(a) Refere-se à captação de mútuo com sua controladora, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado. (b) Refere-se a compartilhamento de infraestrutura com a Eólica Serra das Vacas VII S.A. **14.3. Remuneração da Administração:** No ano de 2021 a remuneração dos Administradores foi de R$ 22, paga através de rateio entre as controladas de todo o grupo conforme mencionado no item 14.2 (b), não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria nem remuneração baseada em ações. **14.4. Reserva legal:** Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social. **14.5. Dividendos:** A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

15. Receita líquida:	2021	2020
Suprimento de energia elétrica - ACL e MCP	1.022	376
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	19.398	18.560
Sobras e déficit da obrigação contratual - CCEAR	(4.490)	(2.551)
Receita Bruta	**15.930**	**16.385**
Deduções:		
PIS e COFINS	(745)	(691)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(78)	(73)
Total	**(823)**	**(764)**
Total da receita líquida	**15.107**	**15.621**

16. Custo de geração de energia elétrica:	2021	2020
Energia comprada para revenda	(1.036)	(362)
Depreciação e amortização	(6.393)	(6.234)
Despesa com pessoal	(132)	-
Serviços de terceiros	(1.617)	(1.703)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(878)	(822)
Arrendamentos e aluguéis	-	(1)
Material	(140)	(1.388)
Outros	2.874	8
Total	**(7.322)**	**(10.502)**

17. Receitas (despesas) operacionais:	2021	2020
Serviços de terceiros	(112)	(163)
Doação (*)	(10)	(1.313)
Outras receitas	-	12
Total	**(122)**	**(1.464)**

(*) Em outubro de 2020 e formalizado por meio do termo de doação a Prefeitura do Município de Paranatama e conclusão da execução de todas as ações do "Projeto de ações de apoio, prevenção e combate a pandemia COVID-19". Conforme mencionado na nota 8 (a) e 10.

18. Resultado financeiro, líquido:		
Receitas financeiras	**2021**	**2020**
Títulos e valores mobiliários	248	137
Aplicações financeiras	-	2
Total	**248**	**139**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(4.703)	(4.788)
Comissão e "waiver fee"	(1.449)	(1.220)
Outras	(499)	(450)
Total	**(6.651)**	**(6.458)**
Resultado financeiro, líquido	**6.403**	**(6.319)**

19. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	2021 IRPJ	2021 CSLL	2020 IRPJ	2020 CSLL
Suprimento de energia	20.420	20.420	18.936	17.813
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	**1.634**	**2.450**	**1.515**	**2.272**
Receitas financeiras	248	248	139	139
Outras receitas	-	-	12	12
Base de cálculo	1.882	2.698	1.666	2.423
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	**(282)**	**(243)**	**(250)**	**(218)**
Adicional de IRPJ	(164)	-	(199)	-
Total	**(446)**	**(243)**	**(449)**	**(218)**
Despesas com IRPJ e CSLL		**(689)**		**(667)**

20. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros. **a)** Classificação dos instrumentos financeiros:

Ativos	Classificação	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	385	447
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	1.137	3.309
Contas a receber	Custo amortizado	2.336	2.128
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	3.835	3.655
Passivos			
Fornecedores	Custo amortizado	1.329	1.730
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	65.280	69.279
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.965	818
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	11.084	13.671
Outros passivos	Custo amortizado	8.128	3.636
Arrendamentos	Custo amortizado	2.669	2.622

b) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha. **c)** Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez. **d)** Risco de mercado: As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos. **e)** Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco. **f)** Análise de sensibilidade: A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício. O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável. Os valores-base para o cenário provável são: • TJLP: 5,32%. CDI - acumulado últimos 12 meses: 4.39%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2021	Índice ao ano	Cenário: Provável	Cenário: (25%)	Cenário: (50%)
Aplicações financeiras vinculadas	3.835	CDI	168	210	253
Títulos e valores mobiliários	1.137	CDI	50	62	75
Empréstimos e financiamentos	(65.280)	TJLP +2,45%	(5.072)	(6.340)	(7.608)
Total	**(60.308)**		**(4.854)**	**(6.067)**	**(7.281)**

g) Risco de capitalização:	2021	2020
Dívida de empréstimos, financiamentos	65.280	69.279
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	(5.357)	(7.411)
Dívida líquida	**59.923**	**61.868**
Patrimônio líquido	35.871	36.494
Índice de alavancagem financeira - %	**167%**	**170%**

21. Compromissos: a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R$1.500 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA. **22. Seguros:** A Companhia, por meio de sua Controladora, possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência: Início	Vigência: Fim	Segurado
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/21	19/12/22	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/21	19/12/22	Controladas

23. Transações não envolvendo caixa: Em 31/12/21 e 2020, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	2021	2020
Atualização dos contratos/Adoção Inicial - arrendamentos/imobilizado	156	108
Capitalização do saldo de partes relacionadas (nota 14.2)	-	4.500
Provisão para desmobilização - outros passivos/imobilizado	-	-

24. COVID-19: No final de 2019 os casos de coronavírus ("COVID-19") foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países. Em 11/3/20, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo. Ato contínuo, o Governo Federal estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados o setor de energia elétrica e, por consequências, as empresas geradas de energia. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando normalmente, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional. A Administração da Companhia, mediante gerenciamento de risco, avaliou os potenciais impactos do COVID-19 em suas operações, e: • Não houve impacto na geração de energia no período e não há expectativa de impacto futuro. • Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas. • Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes. • Durante as operações do exercício de 2021, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança. Dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são: • Implementação do "home office" para o "backoffice". • Distanciamento de pessoal ligado à operação. • Escalas alternadas e utilização de cuidados higiênicos. • Cancelamento de todas as viagens não essenciais. A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos. **25. Aprovação das demonstrações financeiras do exercício:** As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 31/3/21.

Diretoria

Carlos Andre Arato Bergamo
Fernando Bontorin Amato

Regina Dorea de Santana - Contadora - CRC 1SP 212769/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Eólica Serra das Vacas I S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/21 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas I S.A. em 31/12/21, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 20/05/2022 21:20:06 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.gazetasp.com.br